

Ass Const - geral

Prodasen ofereceu formulários, diz PMDB

Da Sucursal de Brasília

O senador Severo Gomes (PMDB-SP), disse ontem à Folha que a utilização do sistema "Projeto Constituição" pelo PMDB, para o levantamento do perfil dos peemedebistas e de suas propostas, foi oferecida ao partido pelo próprio Senado. Segundo ele, a inclusão, à parte, de mensagens específicas de cada partido e o pagamento da postagem dos formulários também foram ofertados pelo Senado, não só ao PMDB, mas também a todos os partidos, desde que eles concordassem que as sugestões enviadas pela população fizes-

sem parte de um banco de dados do Prodasen (Serviço de Processamento de Dados do Senado).

O "Projeto Constituição" objetiva coletar sugestões para a Constituição junto à população, através da distribuição de um formulário impresso pelo Senado Federal. O PMDB, porém, reproduziu o formulário, acrescentando um anexo em que seus filiados farão sugestões também para o 1º Congresso Nacional do partido, a ser realizado de 26 a 28 deste mês.

Repercussões

As repercussões da atitude peeme-

debista foram variadas no Congresso Nacional. O deputado Elquisson Soares (PDT-BA) não vê mal maior na "carona" que o PMDB pegou no "Projeto Constituição". Ele disse que, apesar dos formulários terem sido enviados ao PMDB, os peemedebistas também fazem parte da sociedade.

O líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Netto (RJ), acha que o PMDB "exagerou um pouco". O deputado José Genoíno (PT-SP) prefere afirmar que o PMDB "entrou rapidamente na escola do PDS", já que está utilizando a máquina "em

benefício próprio". Segundo ele, ao PT não foi oferecido nenhum formulário.

Severo Gomes enviou à Folha uma carta datada de 5 de julho, na qual o primeiro-secretário do Senado Federal, senador Enéas Farias (PMDB-PR), coloca à disposição de todos os partidos o projeto "Constituição", para que eles auxiliem na coleta de opiniões para a futura Constituição. No Prodasen, o secretário-executivo do Projeto, William Sérgio Dupin, 36, disse que a mesma carta foi enviada a todos os partidos com representação no Congresso. No entanto, apenas o PMDB interessou-se.

Bispo defende referendo para futura Carta

Da Reportagem Local

O bispo de Bauru (337 km a noroeste de São Paulo), d. Cândido Padin, 70, defendeu ontem a realização de referendo nacional para aprovar cada capítulo da nova Constituição brasileira, além da possibilidade de os eleitores proporem a cassação do mandato de parlamentares que não cumprirem compromissos assumidos por escrito durante a atual campanha eleitoral. D. Cândido Padin é advogado e presidente da Comissão de Assessoramento da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) para Assuntos Constitucionais.

Defendendo a mobilização da sociedade para "apresentar propostas concretas a serem discutidas pelo Congresso constituinte", d. Cândido sugeriu mais duas medidas que, em sua opinião, devem ser consagradas na nova Carta: a possibilidade de instituições com personalidade jurídica poderem apresentar diretamente ao Congresso projetos de lei, a serem obrigatoriamente votados pelos congressistas, e a criação de um Conselho Nacional de Planejamento Econômico. Ele considerou "algo pacífico" a instituição da figura do "ombudsman" ("defensor do povo") para atuar nas várias regiões brasileiras.

Estas e outras propostas da CNBB serão discutidas na próxima semana, em Brasília, em reunião ordinária da Comissão de Assessoramento da conferência episcopal. D. Cândido disse que a Igreja está fazendo esforços para que a atenção dos eleitores não se concentre apenas na escolha dos governadores estaduais. Ele criticou o "fisiologismo" dos partidos e a orientação dos meios de comunicação —que "têm deixado a Constituinte de lado"—, embora afirme que "se trata de um fenômeno psicológico por causa dos interesses imediatos que estão em jogo na eleição para os governos dos Estados".

O bispo defendeu também a transformação do próximo dia 7 de setembro no "Dia Nacional da Constituinte", dizendo esperar que a próxima Carta tenha vigência mínima de "trinta anos".



SARNEY HOMENAGEIA FOTÓGRAFOS

Máquina fotográfica em punho (foto), meio desajeitado, o presidente José Sarney, 56, inverteu ontem os papéis na Presidência da República e tirou várias fotos dos fotógrafos que, diariamente, realizam a cobertura de suas atividades. Essa foi a forma que o presidente encontrou para prestar sua homenagem ao Dia Mundial dos Fotógrafos. "Todos os dias, esses rapazes e moças agradavelmente me

perseguem", brincou Sarney. "Quero manter um laço estreito de relacionamento com os jornalistas", disse o presidente, dirigindo-se aos quinze profissionais que foram receber cumprimentos em seu gabinete. Após se divertir com a máquina de Roque Sá, do "Jornal de Brasília", Sarney convidou todos para uma foto ao seu lado, batida pelo fotógrafo oficial da Presidência, Gervásio Baptista.

No Nordeste, bispos assinam lista de apoio a candidatos

Da Reportagem Local

Os bispos de Guarabira (PB), d. Marcelo Carvalheira, e de Juazeiro (BA), d. José Rodrigues de Souza, são os dois primeiros preladados brasileiros a assinarem uma lista de apoio a candidatos a deputado federal e estadual (PT, PMDB e PDT). Embora seja um tema polêmico dentro da Igreja Católica, a decisão cabe diretamente a cada bispo, sem que haja interferência do Vaticano ou da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Essa iniciativa poderá ser adotada por outros bispos, embora a tendência predominante, no episcopado, seja a de definir critérios para o voto dos católicos, sem indicação de qualquer candidato, em particular. Em Osasco, município a oeste da Grande São Paulo, o bispo local, d.

Francisco Manuel Vieira (um dos auxiliares do cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns), acaba de divulgar uma nota recomendando que os seus diocesanos votem em candidatos que "verdadeiramente venham contribuir para o bem comum de toda a nação".

Para d. Francisco, os candidatos —para terem os votos católicos— devem ter "uma vida coerente com os valores cristãos ou humanos, inseridos ou implícitos na mensagem", um comportamento "marcado pela honestidade e pela justiça", além de um "passado político de acordo com os interesses do povo".

No Amazonas, a diocese de Parintins também está recomendando aos católicos que votem em candidatos "orientados pelos valores do Evangelho".

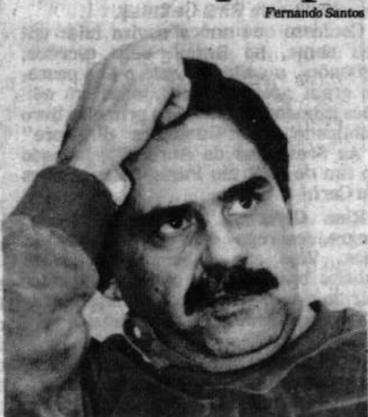
Projeto do PCB admite propriedade privada

Da Reportagem Local

Um projeto realista para o Estado de Direito democrático. Foi assim que o presidente do Diretório Regional paulista do Partido Comunista Brasileiro, Jarbas de Holanda, 48, definiu ontem, em São Paulo, o anteprojeto de Constituição elaborado pelo PCB e apresentado na semana passada ao presidente José Sarney, em Brasília. Pelo anteprojeto, os comunistas admitem a existência da propriedade privada (submetida a controles governamentais), o aborto, o voto aos dezesseis anos, o pluralismo partidário, o serviço militar obrigatório e a estatização do setor financeiro.

"É a utopia com os pés no chão", disse Holanda ao explicar a proposta. Segundo ele, "a construção do socialismo passa pela estabilidade e aprofundamento da democracia no Brasil". Dentro desse pensamento, Holanda disse que a propriedade privada "é da própria essência do capitalismo, mas deve ser vista como objeto de controles sociais crescentes". Esses controles, segundo ele, seriam a participação dos trabalhadores na gestão das empresas privadas, mesmo as grandes, e o direito de greve irrestrito, sem intervenção do Estado.

O anteprojeto prevê o controle do



Jarbas de Holanda, do PCB

ingresso de capital estrangeiro no Brasil e restrições à remessa de lucros para o exterior. No entanto, Holanda declarou que os comunistas não são indiscriminadamente contra o capital estrangeiro: "Não temos uma visão autárquica do desenvolvimento brasileiro. O nosso desenvolvimento depende da evolução do capitalismo e do socialismo em nível internacional". E, como exemplo do aplauso comunista a essas relações, citou os recentes acordos de cooperação econômica com a Argentina, assinados pelo presidente José Sarney.

O dirigente pecebista também afirmou que o partido defende a estatização do setor financeiro, "mas a longo prazo". Segundo ele, o Plano Cruzado já deu um passo nesse sentido ao privilegiar as atividades produtivas. "Temos que acabar com o parasitismo financeiro", afirmou. Embora o anteprojeto do PCB dê competência aos Estados para também executar a reforma agrária, Holanda diz que, inicialmente, só devem ser desapropriados os latifúndios improdutivos.

Com relação ao aborto —que seria legalizado, segundo a proposta do PCB—, Holanda disse que o partido se limitou a antecipar o debate sobre a questão. Os comunistas defendem o direito de voto aos dezesseis anos —"uma aposta do PCB na juventude, antecipando-lhe a cidadania", afirma o dirigente comunista. No entanto, o anteprojeto determina a obrigatoriedade do serviço militar, não prevenindo a alegação de objeção de consciência.

Holanda só não soube explicar como funcionariam as três Câmaras Legislativas Permanentes em que se dividiria o Congresso Nacional, de acordo com o anteprojeto de Constituição dos pecebistas. Unicameral, com 561 deputados eleitos, o Congresso se dividiria nessas três câmaras, mas não há definição de suas responsabilidades e competência.

'É livre a organização e funcionamento dos partidos'

Estes são os principais itens do anteprojeto de Constituição do PCB:

Direito de voto — "É estendido aos maiores de dezesseis anos. No entanto, só poderão ser eleitos os que tiverem acima de dezoito anos." (item 10)

Pluralismo partidário — "É livre a organização e funcionamento dos partidos políticos, desde que respeitem o regime democrático, tenham programa, estatutos e âmbito nacional." (item 15)

Informação — "É assegurada a liberdade de informação e manifestação do pensamento. Não dependem de censura os espetáculos destinados exclusivamente a adultos." (item 26)

Privacidade — "A informática não poderá ser usada para coleta e tratamento de dados referentes a convicções políticas ou filosóficas, filiação partidária ou sindical, fé religiosa ou vida privada. Todos terão direito de tomar conhecimento do que constar de seus registros informáticos." (itens 27 e 28)

Aborto — "A mulher tem o direito de decidir livremente sobre a geração e nascimento do filho e de praticar o aborto." (item 42)

Greve — "O direito de greve não

terá outras limitações que as constantes na Constituição. As autoridades públicas deverão abster-se de qualquer intervenção que possa limitar este direito." (itens 74 e 76)

Previdência Social — "A Previdência Social torna-se monopólio estatal." (item 85)

Ordem econômica — "A ordem econômica será baseada na primazia do trabalho sobre o capital, devendo promover a valorização econômica e social do trabalho e do trabalhador." (item 130)

Bancos — "Uma reforma bancária promoverá a estatização do setor financeiro." (item 130)

Propriedade privada — "É livre a iniciativa particular e garantida a propriedade privada, subordinada aos planos e controles do poder público." (item 131)

Capital estrangeiro — "Será admitido no país desde que não prejudique o capital nacional, sendo vedada sua atuação em áreas de monopólio estatal ou de reserva de mercado. A remessa de lucros será limitada por lei." (item 146)

Poder Executivo — "O presidente da República será escolhido em eleição direta e governará com um

Conselho de Ministros. O primeiro-ministro deverá ser membro do Congresso. O presidente pode ser reeleito uma vez." (itens 257 e 261)

Justiça agrária — "Juizes de entrância especial deverão resolver os conflitos fundiários." (item 319)

Dívida externa — "Promulgada a Constituição, o Congresso fará uma investigação da dívida externa e seu pagamento se subordinará aos interesses nacionais." (item 411)